

Redação

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros? Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação.

São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si.

Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece "alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza", diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil
Estados com a maior concentração de famílias

Fonte: Ministério Público Federal.
Infográfico elaborado em: 25/10/2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021

Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra!

Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros.

Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios.

Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza.

Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir.

Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

COMENTÁRIO

A prova de redação do Enem 2022 apresentou a proposta de uma redação dissertativo-argumentativa sobre o tema: "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", a ser redigida em língua portuguesa e contendo entre 7 e 30 linhas. Para auxiliar a produção do texto, foi apresentada uma coletânea de 4 excertos, os quais apresentam uma variedade de informações que situam o tema, além de sugerir questões que poderiam ser exploradas na problematização da proposta temática.

O excerto 1 traz um pequeno texto expositivo que apresenta a definição e exemplificação acerca das comunidades e povos tradicionais, auxiliando os candidatos a se situar para a compreensão do tema. A partir dele, é possível notar que a abordagem de apenas uma das comunidades locais representa um recorte reducionista e inadequado. Esse excerto traz, ainda, a “relação de reciprocidade com a natureza” como uma característica definidora de tais grupos, elemento que poderia ser explorado pelo candidato em sua dissertação. Também seria possível estabelecer uma comparação entre formas de vida desses povos, marcadas por “cuidar da terra” e “tirar dela apenas o suficiente para viver bem”, em contraste com o estilo de vida das populações urbanas e sua relação predatória com a natureza.

O texto 2 apresenta um infográfico que ilustra a distribuição de famílias pertencentes aos povos tradicionais mais numerosos - indígenas, pescadores, quilombolas, povos de terreiro, ciganos, ribeirinhos e extrativistas - ao redor dos estados brasileiros. Uma análise crítica do vestibulando permitiria notar que os desafios vivenciados por esses grupos configuram um problema nacional, com maior presença nas regiões Norte e Nordeste. Por fim, as estatísticas poderiam ser utilizadas para a caracterização do problema social ou ainda na sustentação dos argumentos, desde que o candidato evitasse mera exposição de dados.

O texto 3 apresenta informações que destacam o eixo social como o principal aspecto da proposta, evidenciado pela menção ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsável pela formulação de políticas públicas voltadas especificamente às populações em destaque na proposta. Nesse excerto, é apresentado o trabalho de uma comissão nacional voltada para tais populações, do qual resultou uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O texto também contribui para o direcionamento dos objetivos dessas políticas: o reconhecimento e a preservação do legado desses povos. Ao candidato, caberia uma leitura crítica do excerto, capaz de avaliar a cronologia dos acontecimentos e problematizar a lentidão das ações estatais ligadas a esse setor. Além disso, seria possível expor a contradição entre o discurso e a realidade, tendo em vista a fragilidade imposta a essas populações no contexto recente do país, mesmo após a promulgação dessa política nacional em 2017, e argumentar em torno das causas desse problema.

Por fim, o texto 4 contribui para mostrar a atualidade do tema e adensar a abordagem dos argumentos em defesa dessas populações. Redigida por representantes dessas comunidades abordadas no tema, a carta revela sua cosmovisão, a qual confronta a dita lógica de mercado e provoca a responsabilidade do setor empresarial no cumprimento da legislação ambiental. Além disso, o texto contribui para a ampliação da visão do candidato em relação à importância desse tema, no sentido de reconhecer os impactos das políticas regionais na política internacional, o que justifica a visibilidade concedida a lideranças políticas e de movimentos sociais signatários do texto lido na COP 26.

Para cumprir com a tarefa de formulação de uma proposta de intervenção, a leitura atenta dos excertos permite a visualização de setores da sociedade e do Estado implicados no debate sobre o tema, com destaque a movimentos sociais e às empresas que impactam o setor socioambiental. De maneira geral, o candidato poderia sugerir medidas que levem à valorização e à proteção das práticas culturais dessas populações locais, bem como formas de maior compromisso e responsabilização do setor empresarial e produtivo no cumprimento da legislação ambiental. Por fim, o vestibulando poderia discutir a questão das terras, assim como sua demarcação por vias institucionais.